

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalser Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ivo Som

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalser Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Célio Wanderley

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalser Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águia Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO

Atos Administrativos	
Resolução nº 836/2013 - DGP	2
Resoluções de Afastamentos nº 704 a 709/2013	2
Atos Legislativos	
Of./Gab./nº 039/2013	3
Termo de Posse - José Reinaldo Pereira da Silva	3
Ata da 2259ª Sessão Ordinária - Íntegra	3
Ata da 2260ª Sessão Ordinária - Íntegra	5
Ata da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final	7
Ata de Reunião Conjunta das Comissões Permanentes	7

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RESOLUÇÃO Nº 836/2013-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º AUTORIZAR o servidor **Alisson Batalha Franco** usufruir 15 (quinze) dias de férias suspensas, no período de 28/11/2013 a 12/12/2013, referentes ao exercício de 2012/2013, conforme Memo nº 162/2013 – Consultoria Geral – Gab.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 28/11/2013.

Palácio Antonio Martins, 6 de dezembro de 2013.

Deputado Francisco de Sales Guerra Neto

Presidente

Deputado Jalsér Renier Padilha

1º Secretário

Deputado Remídio Monai Montessi

2º Secretário

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 704/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **DOMERINA RODRIGUES FARIAS, Matrícula 008977, RUBENIR COSTA LIMA, Matrícula 006979, MAVERI LENNO RODRIGUES DE ALMEIDA, Matrícula 007742 e LUCIANE SERRÃO ROSAS, Matrícula 008725** para viajarem com destino ao município de Normandia, no período de

05.12 a 09.12.2013, com a finalidade de acompanharem a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara Federal, composta pelo parlamentares Mariana Sant'anna (PT/RO) e Janete Capiberibe (PSB/AP), em visita a região da Raposa Serra do Sol, onde farão diagnóstico das dificuldades enfrentadas pelas comunidades nas áreas de saúde, educação e produção, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 05 de dezembro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 705/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **DOMERINA RODRIGUES FARIAS, Matrícula 008977, RUBENIR COSTA LIMA, Matrícula 006979 e LUCIANE SERRÃO ROSAS, Matrícula 008725** para viajarem com destino ao município de Uiramutã, no período de 11.12 a 13.12.2013, com a finalidade de participarem de reunião com o presidente do Conselho Tutelar daquele município para coletarem material produzido no IX Encontro dos Conselheiros Tutelares sobre a atuação do Conselho na Fronteira e nas Comunidades Indígenas, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 05 de dezembro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 706/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **VICTOR TAVARES PIRO, Matrícula 010883** para viajar com destino a cidade de Recife-PE, no período de 16.12 a 20.12.2013, com a finalidade de participar de treinamento no Setor de Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de dezembro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 707/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **MARIA AURILENA DE LIMA FAGUNDES, Matrícula 000021** para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 20.12 a 23.12.2013, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de dezembro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 708/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **GEORDANNA BESSA PEIXOTO, Matrícula 012195 e JASMELINDO RANGEL DOS SANTOS, Matrícula 001343** para viajarem com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 11.12 a 20.12.2013, com a finalidade de participarem de treinamentos junto ao Departamento Administrativo da Assembleia

Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de dezembro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 709/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **CLEIA BETHÂNIA FERREIRA MUNIZ, Matrícula 013642** para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 09.12 a 18.12.2013, com a finalidade de participar de treinamentos sobre Técnicas Legislativas junto à Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de dezembro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

OFÍCIOS RECEBIDOS - GAB. DEP. CÉLIO WANDERLEY

GABINETE DO DEPUTADO CÉLIO RODRIGUES WANDERLEY

OF./GAB./Nº 039/13

Palácio Antônio Martins, 06 de dezembro de 2013.

Excelentíssimo Senhor

DEP. FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, cordialmente, informo a Vossa Excelência que, a partir desta data, **renuncio** ao Mandato Parlamentar que exerço nesta Casa Legislativa, representando a Sigla partidária do Partido Socialista Brasileiro – PSB, em face da posse no Cargo Público de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, incompatível com o exercício da atividade parlamentar. Atenciosamente,

CÉLIO RODRIGUES WANDERLEY

Deputado Estadual

TERMO DE POSSE - JOSÉ REINALDO PEREIRA DA SILVA

TERMO DE POSSE

ÀS 12 HORAS DO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2013, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, PALÁCIO ANTÔNIO MARTINS, SEDE DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL, SITUADA À PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, 202, NESTA CIDADE DE BOA VISTA, CAPITAL DO ESTADO DE RORAIMA, PERANTE O PRESIDENTE, SENHOR DEPUTADO FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO, COMPARECEU O SENHOR **JOSÉ REINALDO PEREIRA DA SILVA**, ELEITO PELA COLIGAÇÃO UNIÃO POR RORAIMA 2 (PR, DEM E PSDB) NO PLEITO DE **OUTUBRO DE 2010**, PARA TOMAR POSSE NO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, NA QUALIDADE DE 1º SUPLENTE À VAGA, OCORRIDA PELA RENÚNCIA DO DEPUTADO CÉLIO RODRIGUES WANDERLEY, EM FACE DE SUA POSSE NO CARGO PÚBLICO DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, TENDO APRESENTADO OS DOCUMENTOS EXIGIDOS POR LEI, O EMPOSSADO PRESTOU COMPROMISSO DE BEM E FIELMENTE CUMPRIR E FAZER CUMPRIR, COM DEDICAÇÃO E DIGNIDADE, O MANDATO POPULAR QUE LHE FOI CONFIADO, OBEDECENDO À CONSTITUIÇÃO E ÀS LEIS DO ESTADO E DO PAÍS, TOMANDO, ATO CONTÍNUO, POSSE NO REFERIDO CARGO.

DECLAROU POSSUIR BENS, CUJA RELAÇÃO FOI REGISTRADA EM LIVRO PRÓPRIO, NA 1ª SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

E, PARA CONSTAR, FOI LAVRADO O PRESENTE TERMO DE POSSE, QUE, DEPOIS DE LIDO E CONSIDERADO CONFORME,

VAI ASSINADO PELO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, PELO EMPOSSADO E PELOS MEMBROS DA MESA, PRESENTES.

BOA VISTA, RR, 06 DE DEZEMBRO DE 2013.

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

PRESIDENTE

JOSÉ REINALDO PEREIRA DA SILVA

EMPOSSADO

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA

1ª VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA

1º SECRETÁRIO

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2259ª SESSÃO, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2013.

46º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

(Em exercício)

Às nove horas do dia treze de novembro de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima quinquagésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado (**Chicão da Silveira**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata. Não havendo quem queira discuti-la, passaremos para a votação que será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Declaro aprovada a Ata do Termo de Não Realização da Sessão anterior. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Memorando nº 072/13, de 13/11/13, do Deputado Marcelo Natanael, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 13/11/13.

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 62/13, de 07/11/13, encaminhando à deliberação, o Projeto de Lei que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 054, de 31 de dezembro de 2001, alterada pelas Leis Complementares nº 216, de 29 de julho de 2013, e 217, de 28 de agosto de 2013, e dá outras providências”.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Primeiro Secretário que proceda a chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente. O Senhor Deputado Primeiro Secretário (**Jalser Renier**): (Procedida a chamada).

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Bom dia Senhor Presidente, Mesa Diretora, Senhoras e Senhores Parlamentares deste Poder Legislativo, amigos, senhoras e senhores, imprensa, servidores desta Casa.

No dia 03, a Câmara Federal votou com 452 votos favoráveis, ou seja, pelo voto unânime dos Deputados Federais, em primeiro e segundo turno, a questão do voto secreto. Ontem, o Senado Federal votou em primeiro turno e terça-feira votará em segundo. Qual a importância de eu usar esta Tribuna?

A PEC apresentada ontem pelo Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, teve duas emendas e fiz questão de fotografar o quebra-quebra dos Senadores. Para obstruir a votação, foi aprovada a segunda emenda. A PEC 43/13 apresentada na hora da votação do voto secreto, que tramitava em conjunto com a PEC 20/13, do Senador Paulo Paim, seguiu para leitura justamente quando começou o quebra-quebra, e ele pediu a extinção do voto secreto, e consegui por unanimidade dos Senadores presentes. É o que diz essa emenda? “Não estende essa medida às demais Casas Legislativas do País, nem à Câmara de Vereadores”, que são Poderes auto capacitados para mostrar à sociedade brasileira se querem ou não o voto secreto. Quero dizer que a proposta do voto aberto é de minha autoria, está aqui desde agosto, quando foi aprovado o requerimento por 23 Deputados presentes, enquanto alguns diziam aqui que entendiam de tudo, queriam mandar até no Senado, dizendo que quando votassem lá, cairia em todas as Assembleias e Câmaras o

voto aberto, mostrando que o Senado, através de um Senador do PT, estaria valorizando e colocando a responsabilidade nas Câmaras e no Senado, pois o que não é mais possível é negociar o voto do Parlamentar. Então, peço a esta Casa que coloque a minha PEC, o projeto de minha autoria do voto secreto, que já teve 23 assinaturas dos Deputados desta Casa e já foi lido no dia 06 de agosto deste ano, com urgência urgentíssima, para que possamos fazer como fez a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que desde junho já aprovou e não se vota mais nada de forma secreta, bem como já fizeram nove Assembleias Legislativas do País. A mídia nacional já divulgou: “em Roraima não é diferente; o Deputado Ivo Som, do PTN, também já adentrou com o voto aberto na Casa”.

Então, eu estou pedindo mais uma vez a esta Casa, pois apesar de ser da base do governo, não sou pau mandado do Governo e vou votar consciente, que, encarecidamente, possamos votar isso na primeira Sessão. Vamos seguir o exemplo do Senado, da Câmara Federal e dos 482 Deputados, com exceção do Deputado Henrique Eduardo Alves que se manteve contra o voto aberto na Câmara Federal e foi achincalhado pelos seus colegas, que pediram a ele que se retirasse do Plenário porque não era digno de representar a sociedade brasileira.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Eu assinei a sua PEC quando Vossa Excelência pediu, fui um dos primeiros a assinar. O que me preocupa é que, e vou lhe dar um exemplo prático, a Presidente Dilma tem a maioria absoluta na Câmara e no Senado, se hoje a CPMF fosse para o plenário para votação com o voto aberto, quem pagaria o pato e a conta seria o povo brasileiro, porque no voto aberto a pressão que o governo brasileiro ia fazer no parlamento faria com que a CPMF fosse aprovada. O que me preocupa e não posso me referir a Roraima e nem aos outros Estados, mas ao Brasil, passado o voto aberto no Congresso Nacional, anote o que o seu amigo está falando: vem um pacote de ajustes econômicos e a CPMF volta com outro nome e vai passar maciçamente porque, regimentalmente, no Congresso quando o líder determina que a bancada vote “sim”, mesmo aqueles que são contra uma votação que prejudique o povo brasileiro, são obrigados a votar “sim”, caso contrário, perdem o seu mandato. E aí, vem um pacote grande na economia para manter a candidatura com ibope em cima da presidente Dilma e quem vai pagar a conta é o povo brasileiro, porque o PT tem uma grande bancada, tanto na Câmara quanto no Senado, só houve uma distribuição de Ministérios, diferente aqui do nosso Estado. O governo brasileiro criou 39 Ministérios e deu para cada partido lá em Brasília e, o líder do partido é que vai determinar que vote “sim” nas matérias que vão para o Congresso Nacional, muitas delas contra o povo brasileiro. Eu sou a favor do voto aberto, mas há matérias, e do jeito que está o nosso Congresso, que não tem um equilíbrio, que podem prejudicar o Brasil.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingu** – Esse assunto já vem se arrastando há alguns meses no Congresso Nacional, e nas Assembleias e Câmaras não vai ser diferente. Temos que ter racionalidade, pois nesse embate do voto secreto só quem ganha é o Executivo. O Poder Executivo, além de ser o Poder que concentra os recursos, é o único Poder que pode, porque é o que executa, é o que diz quanto vai para o Judiciário, para o Legislativo e ele ainda vai ganhar o voto aberto. Eu sou extremamente a favor. Nós vamos votar aqui em autoridades, em pessoas que vão para a CAER, para qualquer outro órgão do Estado. Imagina se você se posicionar contra o seu sentimento, a sua vontade de parlamentar, por uma imposição do Executivo, você vai ser uma carta marcada aqui e só vai ter uma alternativa, votar a favor ou se expor. Entretanto, o voto secreto, em algumas matérias, é legítimo, mas até para constituir Deputado, o voto do eleitor é secreto. E por que o voto do eleitor não é aberto? Para o político não marcar o eleitor, eis aí o porquê do voto secreto. O eleitor vai lá e vota sigilosamente. Imagine se todo mundo fosse votar abertamente em uma eleição no ano que vem! Você ia saber quem votou em você, o voto do seu amigo, do seu vizinho, do seu irmão, enfim, foi baseado nesses princípios que foi criado o voto secreto. A exemplo de várias matérias valiosas no Congresso Nacional, eles estão dando um tiro no pé. Imagine que você é senador da República e vai escolher um Ministro do Supremo Tribunal Federal! Mas você não tem vontade de votar naquele Ministro e, ao votar contra, vai aparecer seu nome no painel, votando contra àquele Ministro que vai ter um cargo vitalício e o poder de prender, ou seja, a chave da cadeia. E aí você é um Parlamentar que tem apenas um mandato, depois perde o foro privilegiado e aquele Ministro que você votou contra começa a te perseguir até te colocar na cadeia. Portanto, em algumas matérias é preciso saber que o voto secreto é de extrema importância para o equilíbrio do Poderes.

O Senhor Deputado **Ivo Som** continua – Eu assisti do início ao fim o quebra-quebra, justamente por causa desse mesmo pensamento que o Xingu tem. Eu vou ler um trecho para vocês: “Um senador do PT do Piauí, Wellington Dias, se manifestou contra o voto aberto e tentou generalizar, sendo desmascarado pela própria base que o apoiava. Perguntaram a ele sobre

o então senador do Ceará, do PMDB, da base do governo federal, Eunício Oliveira: Vossa Excelência vem aqui querer pregar a moralidade, moralize o seu voto e dê ao povo do Brasil um voto ético, um voto de dignidade. Seja homem, senador! Quando é para pedir voto à população, a população tem que votar secreto porque ela nos dá a maior carta magna do Senado Federal e o maior mandato de político eletivo do país de 8 anos. Então, se redima e faça como nós, vote pelo voto aberto. Sou da base da Dilma, mas não quero mais ver isso aqui, favores em troca de voto. Dos 53 Senadores aqui presentes, 49 seria o mínimo para aprovar o projeto. O Senador Renam Calheiros se levantou quando foi proclamada a aprovação em primeiro turno, dizendo: a PEC do voto aberto chega ao fim. E como Presidente desta Casa poderia garantir a votação unânime, pois se fosse para decidir com o meu voto, eu também votaria pelo voto aberto. Mas, parabênize esta Casa pelos 54 votos favoráveis, 10 contrários e uma abstenção. Quero parabenizar, como Presidente da maior instituição do Senado Federal do Brasil, o povo brasileiro, porque agora qualquer um no seu Estado poderá saber em quem seu senador, seu deputado federal, estadual ou seu vereador vota. Será por que sou da base do governo que sou obrigado a fazer tudo que o governo quer? Eu tenho que votar é com a minha consciência. Roraima não é diferente do Senado Federal. Se o seu pensamento é esse Deputado Xingu, que fique com ele, mas o meu é a favor do voto aberto. A sociedade tem o direito de escolher seu representante legítimo, pois nos dá 4 anos de mandato, um cheque em branco para representar o povo brasileiro. E, na hora que eu quero votar para o povo que me elegeu, podendo votar aberto, devo me preocupar em tentar negociar, vender meu voto? Não estou preocupado com secretário, nem com Ministro. Estou preocupado com quem nos elege, a sociedade. Vamos tirar a carapuça, o Brasil vive um novo tempo, Roraima tem que ter uma nova história política. Não se admite mais um Deputado chegar aqui para votar e dizer: eu vou ligar para o secretário para saber quantos empregos eu tenho, vou ligar para o Executivo para saber o que eu tenho. Você já tem o mandato que o povo lhe deu, deixe de ser cara de pau, vote consciente. Quando é para pedir o voto do eleitor, todo mundo sabe chegar à casa do povo, dizendo: vota em mim, eu sou o melhor, eu tenho as melhores propostas, eu sou o bam-bam-bam. Mas, quando se elege, tem medo de votar aberto. Paciência! Vamos levar a sério a política brasileira. Essa foi uma aclamação do povo brasileiro, uma das maiores manifestações que o país já teve. Eu cansei de ver faixas aqui, em Brasília, no meu Estado Piauí, que o voto teria que ser aberto, em uma das maiores reivindicações que o país já enfrentou. Já foi aprovado em primeiro turno na Câmara Federal, onde apenas um Deputado votou contra. No Senado, por 59 votos, era no mínimo 49. Agora, o que eu não vou admitir é que uma PEC de minha autoria não seja aprovada. Muitas vezes fui achincalhado por fazer mudanças, sendo que foram feitas as mudanças necessárias por esta Casa, todas elas dentro dos parâmetros legais, de minha autoria. E, passaram a dizer a PEC do Ivo Som pede apoio aos Deputados para o fim do voto secreto na Assembleia de Roraima. Esse foi o destaque de um jornal de Minas Gerais, falando no meu nome. Roraima parece ser o décimo Estado a seguir o exemplo das demais Assembleias, em relação ao pedido para o voto aberto, de autoria do Deputado Ivo Som-PTN/Roraima, mostrando que esta Casa tem que dar exemplo também. Vamos seguir o exemplo das nove Assembleias, da Câmara Federal, do Senado Federal, vamos cumprir o nosso papel. Eu não estou aqui de favor, estou por obrigação, porque eu recebo o meu salário e quem paga é a sociedade. Vou a partir de hoje, cobrar. A Mesa tinha me dito que teria que aguardar a posição do Senado Federal. Então, todo dia vou cobrar o voto aberto, aqui, e se não votarem o meu projeto, se colocarem outra matéria na frente, vou tentar obstruir, pedindo o voto aberto, seja ela para aprovação de secretário de Estado. Sou da base do governo, mas não sou pau mandado do governo. Quando faço qualquer discurso, faço com meu pensamento, com a minha consciência. Talvez se fosse a PEC de qualquer outro Deputado, já tivesse até sido aprovada, mas, como é de minha autoria, ainda não foi. Vamos correr atrás, mostrar que não somos melhores do que ninguém, mas, que estamos fazendo o que é bom para a sociedade. O povo merece saber no que e em quem o deputado vota. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo mais nenhum Orador inscrito para o Grande Expediente e, não havendo quórum para deliberação das matérias constantes na Ordem do Dia, transfiro a pauta para a Próxima Sessão. Passamos, agora, para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Senhor Presidente, gostaria apenas de registrar o meu pedido para que esta Casa vote a PEC do Voto Aberto, de minha autoria. Quero, também, parabenizar a Mesa que recebeu outro projeto de minha autoria instituindo o Dia Estadual da Liberdade Religiosa, a ser comemorado dia 15 de novembro. E, queria convidar todo o povo de Roraima, inclusive os Deputados, para participarem amanhã da segunda marcha do encontro de todas as religiões do meu Estado. A caminhada sairá da Praça do Centro Cívico até a Praça VeliaCoutinho, próximo ao Bob's, instituindo

o dia 15 de novembro, por ser no calendário oficial, feriado nacional, para não dizerem que eu iria tentar criar mais um feriado. Todo cidadão brasileiro tem o direito de escolher a sua religião e o que não aceito é que alguém seja discriminado pela sua escolha religiosa. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, gostaria de ter feito um aparte no pronunciamento do Deputado Ivo, mas ele já encerrou e não pode mais me dar o aparte. Queria dizer que no Congresso, tanto o Senado quanto a Câmara acabam de derrubar o voto secreto. Isso é um avanço para a democracia. Acho que hoje deve haver mais transparência nas eleições e que, inclusive, temos que fazer uma campanha junto ao TRE para que o voto do eleitor seja aberto também, impresso, porque o eleitor tem que votar e mostrar em quem votou, para depois poder cobrar. Não se pode pensar que o eleitor vai ser coagido, porque isso é democracia plena. Apoio, desde que seja aberto para todos, Senhor Presidente. Obrigado.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Senhor Presidente, queria informar ao Deputado Ivo Som que a liberdade religiosa já está na Constituição Federal. Agora, com relação às Sessões aqui na Casa, queria fazer uma reflexão. Nós temos processos concluídos para serem votados em plenário, o da UERR, o da Defensoria Pública, o do mandato do Defensor Público Denner, que já venceu há alguns dias, o da FEMAH, que é um órgão extremamente relevante para o desenvolvimento do Estado, o da ADER, que estão todos concluídos. Espero que na semana que vem isso não se proteja. Eu não sei o porquê da proteção, mas espero que semana que vem, esses processos possam entrar em pauta para que possamos deliberar sobre eles.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Determino à Assessoria Legislativa que sejam incluídas na pauta da Ordem do Dia da Sessão de terça-feira as matérias mencionadas.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, as informações que nós temos que estão chegando à Casa Legislativa são em relação a alguns Planos de Cargos e Salários da categoria do Estado, há um sentimento na Casa, principalmente dos Deputados que têm mais de um mandato, como no caso o Deputado Célio, a Deputada Aurelina. É imprescindível chegar à nossa Casa, o Plano de Cargos e Salários da Saúde, não dá mais para protelar, que esse plano não seja aprovado este ano. A saúde é a porta do cidadão, a porta do socorro, e precisa ser diferenciada, porque vivemos um drama. Deputada Aurelina, vossa Excelência participou de várias reuniões na Comissão de Saúde, representando a Presidência da Casa, com o intuito maior de colaborar e mostrar o prestígio em relação àquelas classes que formam a saúde, que nos procuram aqui na Assembleia Legislativa. Já temos posicionamentos de alguns parlamentares, para que amanhã não nos venham cobrar e pedir agilidade de outros planos, pois vários parlamentares vão querer priorizar o Plano de Cargos da Saúde. Estou deixando aqui a minha opinião de parlamentar e acima de tudo de cidadão, porque precisamos resolver o problema da saúde do nosso Estado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero me juntar ao Deputado Joaquim, porque todos nós sabemos que a questão do Plano de Cargos e Salários da Saúde já foi objeto de negociações. O plano está sendo elaborado, já foi mandada uma primeira aproximação para cá, mas veio de forma errada. Se fosse dado a nós Deputados, o poder de decidir, já teríamos aprovado, não só o plano da saúde, mas de várias categorias. É preciso que nos unamos para que ele seja realmente encaminhado, para votarmos ainda este ano o Plano de Cargos da Saúde, como também já foi objeto de indicação, proposta pronta, analisada por parte do Governo do Estado, a criação do Instituto de Assistência Técnica do Estado. Esses são dois projetos que estamos nos empenhando pela necessidade, pelo tempo, pelo andamento, por merecimento, não desmerecendo os outros. Já trabalhamos no plano de cargos dos professores, já ajustamos vários estatutos, planos de carreiras e várias leis e, realmente, vamos nos reunir para que chegue a esta Casa ainda este ano o plano de cargo da saúde.

O Senhor Deputado **George Melo** - Senhor Presidente, na manhã de hoje quero parabenizar o Deputado Joaquim Ruiz e a Deputada Aurelina, porque o que a gente acompanhou no decorrer da caminhada deste Estado, que é extremamente jovem, foi que esta Casa contemplou duas categorias no topo. Aprovamos salários astronômicos para algumas categorias e espero que, daqui para frente, a gente tenha consciência que estamos no Estado mais pobre da federação. Acho que os planos de cargos e salários que cheguem aqui deverão ser tratados da forma como vossas excelências estão acompanhando, com extremo critério. Porque toda categoria que chega aqui, diz que sem ela o Estado quebra. Mais o que acontece com algumas categorias? Por exemplo; Defensor e Procurador estão ganhando como juiz, delegados. Então, isso me preocupa muito, porque quase todo mundo está ganhando acima de 20 mil, e a gente ver alguns servidores extremamente mal remunerados. É preciso que tenhamos consciência daqui para frente para que esses salários se enquadrem no devido horizonte deste Estado. E, que gente discuta com as demais categorias, porque não podemos dar um salário de juiz para determinada categoria

e a grande maioria ganha um salário mínimo. Então, eu gostaria que essa questão fosse bastante discutida para que possamos realmente fortalecer o nosso Estado, olhando para o nosso servidor com o devido respeito, porque não é priorizando uma minoria que nós vamos mostrar aqui que aumentamos salários, se o Estado não pode pagar. Tenho calculado que na minha previsão, nos próximos dez anos, seja quem for o governador, haverá dificuldade de efetuar o pagamento do salário dos servidores, porque esta casa, por muitos anos, deixou passar promoções. Festas foram feitas e agora o Estado está vivendo esse drama para honrar a folha de pagamento.

O Senhor Presidente, Deputado (**Coronel Chagas**)- Peço à assessoria que seja incluso na pauta da Ordem do Dia da próxima Sessão, o Requerimento de autoria do eminente Deputado Ivo Som. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 19, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiago Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, George Melo, Ivo Som, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus e Naldo da Loteria.**

Aprovada Ata Sucinta em: 19/11/13

ATA DA 226ª SESSÃO, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

46º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

(Em exercício)

Às nove horas do dia dezoito de novembro de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima sexagésima Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado (**Remídio Monai**) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Coloco em discussão a Ata.

Não havendo quem queira discuti-los, passaremos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Termo de Não Realização da Sessão anterior. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) - O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

-Memo nº 027/2013, de 18/11/2013, do Deputado Remídio Monai, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 14/11/2013.

-Ofício nº 120/2013, de 27/11/2013, do Deputado Soldado Sampaio, justificando sua ausência nos dias 14 a 16/11/2013.

-Ofício nº 07/2013, de 13/11/2013, da Comissão Especial Externa, criada por meio da Resolução nº 006/13, para ouvir o Senhor Jorge Everton, Diretor-Presidente do DETRAN/RR, porém, o ofício supracitado perdeu o objeto em função de sua exoneração, publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 28 de outubro do corrente ano, por meio do Decreto nº 2077.

-Requerimento s/n/2013, de 11/11/2013, do Deputado Soldado Sampaio, solicitando convocar o Senhor Luiz Renato Maciel de Melo, Secretário de Estado da Fazenda (SEFAZ), e a Senhora Shéridan de Anchieta (SEPHD), para que prestem, pessoalmente, em Audiência Pública a ser realizada nesta Casa Legislativa, no dia 14 de Novembro, às 10:00; requerendo também convidar o senhor Faradilson Reis de Mesquita, presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado de Roraima (FAMERR), e os representantes legais das empresas terceirizadas prestadoras de serviço no Estado de Roraima.

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

-Mensagem Governamental nº 064/2013, de 14/11/2013, do Governador do Estado de Roraima, encaminhando à elevada deliberação deste Poder, o Projeto de Lei Complementar, que dispõe sobre a reestruturação da carreira de Delegados de Polícia Civil do Estado de Roraima, bem como

dispõe sobre alterações na Lei Complementar n° 131, de 08 de abril de 2008.

-Mensagem Governamental n° 098/2013, de 12/11/2013, do Governador do Estado de Roraima, restituindo o Projeto de Lei n° 738/2009 referente à Mensagem Governamental n° 056 e a Proposta de Emenda Constitucional, referente à Mensagem Governamental n° 057.

EXTERNOS:

-Ofício n° 1416/2013, de 05/11/2013, do Tribunal Regional do Trabalho da 11° Região, acusando o recebimento da cópia da Lei Orçamentária, em epígrafe. Carta s/n/2013, de 13/11/2013, do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Roraima, considerando a Mensagem Governamental n° 063/13, registrar o equívoco nos valores pecuniários que ocorreu somente com o Nível Superior, configurada, portanto, redução salarial.

-Carta s/n/2013, de 04/11/2013, da Genitora Leucinéia Gomes da Costa, requerendo a intervenção do Poder Legislativo, através da Comissão de Educação, para adoção de medidas que julgar necessárias a fim de promover a responsabilização do Estado de Roraima por violação ao direito à educação do requerente, tendo como uma motivação o fato de o mesmo ser portador de deficiência mental.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Procede à chamada.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, colaboradores desta Casa, nossos queridos visitantes que ocupam as galerias.

Senhor Presidente, ocupo a tribuna no dia de hoje para fazer algumas reivindicações referentes às condições de estradas vicinais no sul do Estado, que causam transtornos à educação naqueles municípios, onde a população que está com muitas dificuldades na trafegabilidade nas estradas vicinais, inclusive, para transportes escolares.

Andei em 04 vicinais no município de Caroebe: 04, 08, 10 e 12, Deputado Jalser, todas em péssimas condições de trafegabilidade. Os ônibus que fazem o transporte, embora com pouco uso, considerados novos, estão todos quebrados, arrebitados, sem pára-choque dianteiro, nem traseiro devido às más condições das estradas vicinais daquela região. E o pior de tudo, conforme alguns pais de alunos nos disseram que os seus filhos passam até três horas no transporte para chegar até as escolas. Preocupados com isso, fomos conversar com alguns professores, sobre os referidos transtornos, e eles nos confirmaram que alunos que moram naquelas vicinais assistem apenas 04, 05 aulas por mês. E se torna mais grave ainda, Deputada Aurelina, é que esses alunos têm que passar de ano, cabendo aos professores passar tarefas ou atividades complementares, para justificarem as notas. Então, essa realidade é ruim para a nossa população estudantil. Quando daqui a alguns anos, Deputada Ângela, a Senhora, como professora, esses alunos vão querer entrar para o mercado de trabalho, mas terão dificuldade ao disputar vaga, através de concurso, devido ao despreparo, sem estarem devidamente qualificados, enfim prejudicados em seus conhecimentos para concorrer de igual para igual. Então, faço um apelo aos Deputados Célio Wanderley, Jalser Renier, que têm forte influência junto ao Governador, para que determine à Secretaria de Educação do Estado olhar com atenção aquela região. Realmente Deputada Aurelina, as condições não são boas. Como comprovação, para andar 37 quilômetros, demora-se duas horas e meia. Encontramos caminhões quebrados com carga por deficiência de manutenção das estradas. Não quero culpar e dar carga de responsabilidade para ninguém, mas aquela região que muitos conhecem, sabem que o INCRA também tem responsabilidade. Não sei se é o caso dessas vicinais de Caroebe e Entre Rios. Entendo que, como representantes do povo, devemos fazer a nossa parte e solicitar ao Estado que interfira, e cobre do INCRA também a recuperação das estradas. Os moradores enfrentam transtornos, cujos filhos precisam ir à escola, trabalhadores precisam das vicinais para escoar seus produtos, como a banana, laranja. Muitos estão perdendo porque não têm como transportar devido às más condições das vicinais que dificultam a trafegabilidade. Então, é uma reclamação, é uma exigência daquele povo que nos pede para tornarmos público suas necessidades e dificuldades que enfrentam naquela região. E queria me juntar a Vossa Excelência que conhece muito bem a parte agrícola para prepararmos um documento e encaminhá-lo ao Governo para as devidas providências, em favor dos brasileiros trabalhadores que precisam sobreviver cujo meio de sobrevivência é na agricultura.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Obrigada, Deputado Gabriel, eu queria me juntar a Vossa Excelência no seu pedido de apoio às Vicinais não só do Caroebe, mas de várias outras dos municípios de Baliza e São Luiz. Ainda na semana passada houve o episódio da interdição da BR-174 por conta de problemas das Vicinais, fiquei preocupada quando vi que o Vice-Governador foi até o local na tentativa de regularizar, mas não

compareceu nenhum ente do Governo Federal para resolver um problema que muitas vezes é jogado nas costas do Estado para resolver. Então gostaria de me juntar a Vossa Excelência para, juntos cobrarmos do INCRA os projetos de assentamento, pois o Estado sequer tem o direito de fiscalizar. O INCRA tem recursos para assistência técnica para seus assentados, mas não conheço nenhuma empresa que faça isso. Eu tenho conhecimento, não sei se é verdade, de alguns convênios do INCRA com relação às estradas e vicinais que estão sendo direcionadas de forma politiqueria, em troca de votos, em algumas regiões que não passam, como na região do Sul do Estado. Também tenho conhecimento de vários recursos do INCRA, quando vêm para aplicação em vicinais até retornam, porque não consegue listar. Agora mesmo o governo do estado está trabalhando no projeto Tatajuba, que estava intransitável, e é um projeto de assentamento do INCRA que já passa de um ano e meio sem fornecer nenhuma declaração de aptidão agrícola para o produtor rural tirar um financiamento do PRONAF.

Então, conforme sei que os problemas existem, sugiro que a gente se una para aprovarmos porque o orçamento que está aqui para aprovar, certamente o Estado não tem recursos para cobrir tudo aquilo que não é competência dele, enquanto, como todos nós sabemos, o Governo Federal detém hoje 75% do orçamento da nação. Chegou, pois, a hora de todos os Deputados Estaduais, independente de grupo e partido, começar a olhar para responsabilidade de quem tem, e ter muita consciência que o Estado, por mais que queira, não dá conta de tudo, daquilo que é função dele, daquilo que é responsabilidade do Governo Federal. É nessa questão, Deputado Gabriel, que sempre bato aqui, os projetos de assentamentos, não tem escola, mas a obrigação seria ter, o INCRA assenta pessoas em picadões que é proibido, o INCRA não executa a política da casa própria no lote rural, o INCRA não libera o crédito de assentamento dos produtores rurais, o INCRA não abre estradas, nem as recupera, e detém todos os projetos de assentamento que são de responsabilidade do Governo Federal no Estado. Então, a gente tem consciência de que o Estado, independente de governo e lado político, não tem recursos para arcar com tudo, vamos ter que começar a assumir a responsabilidade de cobrança para que o Governo Federal perceba realmente a função dele. Obrigada, Deputado.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço continua. Obrigado, Deputada Aurelina pelo seu aparte, e faço uma proposta para convidarmos o Presidente do INCRA para vir a esta Casa, para sabermos até onde chega a responsabilidade dele, aonde chega a responsabilidade do Estado. A Vicinal 37 tem 15Km, a Senhora colocou muito bem a realidade dos picadões, onde muita gente mora e é onde está a maior produção, porque a mata maior está na beira da estrada, havendo mais facilidade de produzir, mas são mais prejudicados, como ocorreu no final da semana passada em relação ao Projeto Fazenda Bamerindus no PA Nova Amazônia. Também a estrada que dá acesso a todas as vicinais onde tem produtores está em péssimas condições. Quero fazer essa proposta a Vossa Excelência para que convide o Presidente do INCRA para vir aqui à Comissão de Agricultura para dar melhores informações para que a gente possa chegar a uma conclusão definitiva. Faço também, Deputado Célio, um pedido a Vossa Excelência, para que nos ajude.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Deputado, eu gostaria de lhe informar que eu não sou mais líder do Governo.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço continua – Então, desculpe Deputado Célio, mas o senhor, como Deputado, como homem experiente, ajude-nos a cobrar. Entre as empresas que foram contratadas para fazer a manutenção das vicinais nos municípios, muitas não têm condições de fazer essa manutenção. Precisamos averiguar para cobrar das que assinaram o compromisso no Estado, que elas apresentem os seus equipamentos necessários para realizar uma boa manutenção das vicinais onde se produz alimento para o povo da capital. Então, é o meu pedido no meu pronunciamento, para que possamos resolver pelo menos amenizar o problema dos agricultores quanto à produção, também dos alunos daquele município que, há muito tempo enfrentam dificuldade de locomoção para chegar até as escolas.

Então, era isso que eu tinha para o momento, Senhor Presidente. Um bom dia, e obrigado pela oportunidade.

O Senhor Deputado Ivo Som – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, servidores desta Casa. Ao longo do meu pronunciamento, falei sobre o encontro com vários representantes religiosos. Na semana passada, falei sobre um projeto de minha autoria, onde institui a criação, no dia 15 de novembro, o dia da “União das Religiões”, unificando assim todas as religiões. Não aceito que pessoa alguma seja discriminada devido à escolha de sua religião. Quero parabenizar esta Casa pela Sessão de amanhã para discutir o dia da “Consciência Negra”. Momento em que estará acontecendo um debate no Palácio da Cultura. Na oportunidade, falei que o negro, o branco, o baixo, o alto perante a lei de Deus todos somos iguais. Parabenizo o Presidente desta Casa que a disponibilizou para sediar a realização do evento da “Consciência Negra”. Em reunião com 74

pessoas ligadas à Consciência Negra, como o Miguel, hoje é destaque nos jornais locais, e é um dos membros da Banda Nativa, enfim, queria registrar dizendo que o Governo Federal já fez a sua parte. Em fevereiro de 2004, deu início o Estatuto da Igualdade racial, que foi proclamado pelo Presidente da República, onde diz: "Os Poderes Público Federal, Estadual e Municipal têm a obrigação para, em seus Municípios ou Estado, criar as suas Secretarias, sem preconceito, tendo espaço e direito à igualdade racial, todo ser humano naturalizado brasileiro ou de qualquer país que venha a residir no Brasil." É assegurado à vítima de discriminação, sem distinção, multas ou prisões aos agressores que o discriminarem perante a sociedade. Isto consta no Estatuto. Então, estarei dando entrada nesta Casa o documento do dia da não discriminação racial. Segundo ouvi, constam muitos boletins de ocorrência, só em minhas mãos tenho 5. Por exemplo, quando um negro ou uma morena do cabelo pixaim, às vezes, chega a determinado lugar, ao sentir discriminação, pode resultar até em afrontas... Não podemos aceitar tal situação. A maior potência do mundo, os Estados Unidos, é comandada por um negro, Barac Obama. Nelson Mandela foi preso por vários anos, perseguido e humilhado, mas chegou ao mais alto escalão daquele país. Quem pensava que o mensalão ia dá em nada, pois foi o Joaquim Barbosa, como presidente do Supremo Tribunal Federal, que mandou para a cadeia os que roubaram o país através do mensalão. Eu estudei muito tempo na escola Batista do Cariri, estudei no colégio Salesiano, estudei tanto em colégio de religião católica como evangélica, sem encontrar qualquer diferença. Não aceito que uma pessoa seja discriminada pelo fato de pertencer a alguma religião. Neste momento, convido a todos: negros, brancos etnias indígenas, para nos unir, respeitando as diferenças de credo e cor.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Marcelo Natanael – Parabenizo Vossa Excelência pelo seu discurso. E informo que o Jornal Roraima Hoje publicou a posse do Senhor Barac Bento, que está assumindo o IPER. Desejo que não faça o mesmo que o Senhor Braga fez, saqueando o bolso do contribuinte roraimense. Obrigado.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Agradeço o aparte, Deputado. Enfim desejo sucesso ao Barac Bento, o qual tem uma família reconhecida no Estado, que Deus o ilumine a frente do IPER, e que possa realizar um trabalho diferente dos que o antecederam, demonstrando que, com competência, se pode trilhar com harmonia, felicidade e tranqüilidade no Instituto de Previdência do Estado de Roraima. Parabenizo o Ramiro que assumiu o IPEM, já foi Diretor Financeiro. Desejo a todos boa-sorte, inclusive, ao ex-Deputado Braga. Que Deus ilumine seus passos na nova jornada. Aguardo uma posição favorável da presidência, em apreciar, o mais rápido possível, esses dois projetos: do voto aberto e o projeto do Dia da Liberdade Religiosa. Repito meus parabéns a todos os negros, afro-descendentes, pelo Dia da Consciência Negra. Obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Não havendo mais nenhum Deputado inscrito para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia com a Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Resolução Legislativa nº 010/13, que "Dispõe sobre a criação do serviço de informação ao cidadão – SIC ALE/RR e o acesso às instituições públicas no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima em atendimento à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências", de autoria da mesa Diretora.

Suspendo a Sessão pelo prazo de cinco minutos para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final possa analisar a Emenda Modificativa ao referido Projeto.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Declaro reaberta a presente Sessão. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Resolução Legislativa nº 010/13, com Emenda, bem como do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – (Lido o Projeto de Resolução Legislativa nº 010/13, com Emenda, bem como do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Em discussão o Projeto de Resolução Legislativa nº 010/13, com Emenda, bem como do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando "sim", os Senhores Deputados aprovarão a matéria e, votando "não", rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para a votação.

Declaro por aprovado o Projeto de Resolução Legislativa nº 010/13, com Emenda, por 16 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, queria usar este Expediente para reiterar o convite aos membros da Comissão de agricultura, para a reunião às 15h, solicitada pelo Presidente da Agência de

Defesa Agropecuária. Os Deputados são: Naldo da Loteria, Doutor Erci de Moraes, Ângela Portella, Brito Bezerra e Marcelo Cabral, reunião será às quinze horas de hoje na sala de reuniões. Obrigado.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Senhor Presidente, há pouco em conversava com o Deputado Célio Wanderley, me informou que estava deixando a liderança do governo, pois quero deixar bem claro que, segundo ele, nada existe de ele estar contra o governo, nem o governo contra ele, apenas uma decisão pessoal. O Deputado continua cada vez mais forte conosco, uma pessoa íntegra. Apenas tenta atender ao seu sonho e de sua família em disputar futuramente uma vaga de Conselheiro que será votada nesta Casa. Desejo-lhe boa-sorte e dizer que me espelhei companheiro Célio, como exemplo de pessoa séria, digna, com respeito ao Executivo e a esta Casa. Por vários mandatos, foi eleito merecidamente pela sociedade roraimense. Quero desejar boa sorte ao nosso amigo e parceiro, Célio Wanderley.

O Senhor Presidente, Deputado (**Coronel Chagas**) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 19 à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, George Melo, Ivo Som, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus e Naldo da Loteria.**

Aprovada Ata Sucinta em: 20/11/13

ATAS COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2013

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às oito horas e trinta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Flamarion Portela, Vice-Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares Aurelina Medeiros, Chicão da Silveira e Coronel Chagas. **Abertura:** Havendo *quorum* regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, registrou a ausência dos Senhores Parlamentares Jalser Renier, Brito Bezerra e Ionilson Sampaio e em seguida solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhora Deputada Aurelina Medeiros, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou em pauta a seguinte Matéria: **Proposta de Moção de Pesar nº 037/13**, de autoria do Deputado Célio Wanderley, "Moção de Pesar aos familiares pelo falecimento do Senhor **Fernando Carlos dos Prazeres**, aos 87 anos, avô do servidor deste Poder, Clenilton Carlos Correa, ocorrido no dia 14 do corrente, no Hospital Geral de Roraima - HGR." O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Chicão da Silveira para relatar a referida Proposta de Moção de Pesar. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o Parecer. Após o tempo estipulado, reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente constatou na mesa dos trabalhos as Proposições e os respectivos Pareceres e os incluiu na ordem do dia desta Comissão. **Ordem do Dia:** Proposta de Moção de Pesar nº 037/13. Relator, Chicão da Silveira. Parecer favorável. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou aos Senhores Relatores procederem às leituras individualmente das Proposições. Feitas as leituras o Senhor Presidente submeteu-os a discussão. Não havendo discussão, os Pareceres foram colocados em votação, sendo acatados na Comissão pelos Membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às nove horas. E, para constar, eu, Mirele Salvadori, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Flamarion Portela

Vice-Presidente da Comissão

Aprovada em: 04/12/13

REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2013.

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às doze horas e vinte e nove minutos, na Sala de Reuniões, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniram-se, extraordinariamente, as Comissões

em Conjunto, conforme preceituam os artigos 50, 56 e 265 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Assumiu a Presidência da Comissão o Senhor Deputado Gabriel Picanço, Presidente da Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural. **Abertura:** O Senhor Presidente solicitou a Secretária desta Comissão proceder à verificação de *quorum*, constatada a presença de 13 Deputados, portanto, número regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme Requerimento verbal do Senhor Deputado Jalsner Renier, foi dispensada a leitura, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados, devido à distribuição de cópias com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada pelos Membros presentes na Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos as seguintes Proposições: **Projeto de Lei nº 011/13**, de autoria do Deputado Jalsner Renier, que, “Dispõe sobre a instituição do Programa de Atendimento Psicopedagógico e Social no Sistema Estadual de Ensino Público, e dá outras providências.”; **Projeto de Lei nº 044/13**, de autoria do Deputado Flamarion Portela, que, “Dispõe sobre a publicidade na movimentação das aeronaves do Estado, e dá outras providências”; **Projeto de Lei nº 060/13**, de autoria do Poder Executivo, que, “Altera a Lei nº 837, de 17 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA quadriênio 2012-2015.”; **Projeto de Lei nº 061/13**, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, que, “Institui o dia do Radialista no âmbito Estadual, e dá outras providências”; **Projeto de Lei nº 062/13**, de autoria da Mesa Diretora, que, “Institui Regime de Previdência Complementar para Deputados Estaduais e servidores não-efetivo da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, autoriza a adesão à criação do LEGISPREV – Instituto de Previdência Complementar dos Legislativos Estaduais, e dá outras providências”; **Projeto de Lei nº 065/13**, de autoria do Deputado Ivo Som, “Fica instituído o “Dia Estadual da Liberdade Religiosa” a ser comemorado, anualmente, no dia 15 de novembro”; **Projeto de Lei nº 067/13**, de autoria Governamental, “Institui o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos de Roraima – PAA Roraima”; e **Projeto de Lei Complementar nº 013/13**, de autoria do Poder Executivo “Altera a Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado de Roraima, dispõe sobre o regime jurídico da Carreira de Procurador do Estado, e dá outras providências”. Prosseguindo o Senhor Presidente no uso de suas atribuições legais, designou os Senhores Parlamentares para relatarem as Proposições: ao Projeto de Lei nº 011/13, o Deputado Erci de Moraes; ao Projeto de Lei nº 044/13 e **Projeto de Lei Complementar nº 013/13**, o Deputado Coronel Chagas; ao Projeto de Lei nº 060/13, o Deputado Brito

Bezerra; ao Projeto de Lei nº 061/13, o Deputado Flamarion Portela; ao Projeto de Lei nº 062/13, a Deputada Aurelina Medeiros; ao Projeto de Lei nº 065/13, o Deputado Soldado Sampaio; e ao Projeto de Lei nº 067/13, o Deputado Ivo Som. Após as designações o Senhor Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que os Senhores Relatores emitissem os pareceres. Logo após o tempo estipulado, o Senhor Presidente reabriu os trabalhos constatando na ordem do dia as Proposições distribuídas anteriormente. **Ordem do Dia:** 01) **Projeto de Lei nº 011/13**, Parecer favorável. Não houve discussão, submetido à votação o Parecer foi aprovado pelos Membros presentes na reunião. 02) **Projeto de Lei nº 044/13**, Parecer Contrário. Discutiu a Matéria o Senhor Deputado Flamarion Portela, autor da Proposição. Submetido à votação o Parecer foi aprovado pelos Membros presentes na reunião, portanto, a Matéria será encaminhada ao Arquivo deste Poder. 03) **Projeto de Lei nº 060/13**, Parecer favorável. Não houve discussão, submetido à votação o Parecer foi aprovado pelos Membros presentes na reunião. 04) **Projeto de Lei nº 061/13**, Parecer favorável. Não houve discussão, submetido à votação o Parecer foi aprovado pelos Membros presentes na reunião. 05) **Projeto de Lei nº 062/13**, Parecer favorável. Durante a discussão a Senhora Deputada Aurelina Medeiros em questão de ordem requereu retirada da Proposição de pauta. 06) **Projeto de Lei nº 065/13**, Parecer favorável. Não houve discussão, submetido à votação o Parecer foi aprovado pelos Membros presentes na reunião. 07) **Projeto de Lei nº 067/13**, Parecer favorável. Não houve discussão, submetido à votação o Parecer foi aprovado pelos Membros presentes na reunião. 08) **Projeto de Lei Complementar nº 013/13**, Parecer favorável com Emenda Modificativa, ao art. 2º do **Projeto de Lei Complementar nº 013/13**, de 17 de setembro de 2013, que Altera o art 31-A da Lei Complementar nº 071, de 18 de dezembro de 2013, com a seguinte redação: **O subsídio dos integrantes da categoria, grau ou nível máximos da carreira de Procurador do Estado, a partir de 1º de janeiro de 2015, será de 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio mensal do Ministro do Supremo Tribunal Federal, na formar do art.37, inciso XI da Constituição Federal e os Reajustes e reposição serão por Lei Ordinária.** Não houve discussão, submetido à votação o Parecer com Emenda foi aprovado pelos Membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião às treze horas. E, para constar, eu, Mirele Salvadori, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Gabriel Picanço

Presidente da Comissão.

Aprovada em: 04/12/13



ASSEMBLEIA
Cidadã

LEVANDO CIDADANIA A QUEM PRECISA

APROXIMANDO O PODER
 LEGISLATIVO DA POPULAÇÃO.